



BAESA - Energética Barra Grande S.A.

**Demonstrações financeiras
intermediárias em
30 de junho de 2026
e relatório de revisão**



Relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Administradores e Acionistas
BAESA - Energética Barra Grande S.A.

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da BAESA - Energética Barra Grande S.A. ("Companhia"), em 30 de junho de 2026, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, para os períodos de três e de seis meses findos nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária". Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações para os períodos de três e de seis meses findos nessa data e os seus fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária".

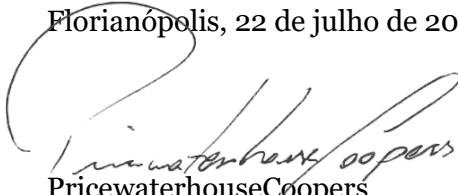


BAESA - Energética Barra Grande S.A.

Ênfase - Saldo e transações entre partes relacionadas

Chamamos atenção para as Notas 1.3, 1.4 e 8 às demonstrações financeiras intermediárias, que descreve que a Companhia mantém saldos e operações comerciais em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nela descritas. Dessa forma, as demonstrações financeiras intermediárias devem ser analisadas nesse contexto. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Florianópolis, 22 de julho de 2026



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SC000160/F-5

Gabriel Perussolo
Contador CRC 1PR057146/O-0

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS	5
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	6
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	7
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO	9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS	10
1 CONTEXTO OPERACIONAL	10
2 BASE DE PREPARAÇÃO	13
3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	13
4 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO	14
5 INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA	16
6 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	17
7 CONTAS A RECEBER	18
8 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	18
9 IMOBILIZADO	20
10 INTANGÍVEL	21
11 FORNECEDORES E OUTRAS OBRIGAÇÕES	22
12 USO DO BEM PÚBLICO - UBP	22
13 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER E IMPOSTOS DIFERIDOS	23
14 PROVISÃO PARA LITÍGIOS	24
15 PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25
16 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	25
17 CUSTO DOS SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	26
18 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	27
19 RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO	27
20 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	28
21 COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO	29
22 EVENTOS SUBSEQUENTES	29

Balanços patrimoniais

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	30/06/2026	31/12/2025	Passivo	Notas	30/06/2026	31/12/2025
Caixa e equivalentes de caixa	6	94.341	43.413	Fornecedores	11	20.548	17.267
Contas a receber	7	27.191	14.991	Salários, provisões e contribuições sociais		1.153	948
Impostos e contribuições a recuperar		16.065	17.495	Imposto de renda e contribuição social a recolher	13.1	1.397	-
Outros créditos		<u>1.190</u>	<u>914</u>	Impostos a recolher	13.3	2.638	1.537
				Uso do bem público (UBP)	12	53.401	53.401
				Encargos setoriais		4.341	7.817
				Outras obrigações	11.1	<u>31.065</u>	<u>28.930</u>
Total do ativo circulante		<u>138.787</u>	<u>76.813</u>	Total do passivo circulante		<u>114.543</u>	<u>109.900</u>
				Uso do bem público (UBP)	12	418.864	412.432
Outros créditos		7.781	16.690	Encargos setoriais		5.309	5.322
Investimentos		1.693	2.371	Provisões para litígios	14	2.814	11.476
Imobilizado	9	564.800	585.995	Impostos diferidos	13.3	76.922	75.250
Intangível	10	<u>311.060</u>	<u>321.009</u>	Outras obrigações	11.1	<u>6.969</u>	<u>6.370</u>
Total do ativo não circulante		<u>885.334</u>	<u>926.065</u>	Total do passivo não circulante		<u>510.878</u>	<u>510.850</u>
				Patrimônio Líquido	15		
				Capital social		373.381	373.381
				Reservas de Lucros		<u>25.319</u>	<u>8.747</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>398.700</u>	<u>382.128</u>
Total do ativo		<u>1.024.121</u>	<u>1.002.878</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.024.121</u>	<u>1.002.878</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias.

Demonstrações de resultados

Períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	30/06/2026	30/06/2025	01/04 a 30/06/2026	01/04 a 30/06/2025
Receita operacional líquida	16	157.861	142.894	79.458	73.139
Custos dos serviços de energia elétrica	17	(92.770)	(95.760)	(58.616)	(60.367)
Resultado bruto		65.091	47.134	20.842	12.772
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	18	(10.424)	(10.744)	(5.958)	(5.552)
Equivalência patrimonial		(114)	595	(44)	174
Outras Receitas/Despesas		11	37	7	14
Resultado antes do resultado financeiro		54.564	37.022	14.847	7.408
Resultado financeiro	19				
Receitas financeiras		4.711	2.705	2.709	1.866
Despesas financeiras		(34.950)	(35.791)	(22.070)	(14.253)
Resultado financeiro líquido		(30.239)	(33.086)	(19.361)	(12.387)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		24.325	3.936	(4.514)	(4.979)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	20	(6.082)	(2.484)	341	(264)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	20	(1.671)	898	1.293	2.044
Resultado do período		16.572	2.350	(2.880)	(3.199)
Quantidade de ações do capital social no fim do período		373.381	373.381	373.381	373.381
Resultado por ação atribuível aos acionistas da companhia durante o período – em R\$					
Lucro(prejuízo) básico por ação		0,0444	0,0063	(0,0077)	(0,0086)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais)

	30/06/2026	30/06/2025	01/04 a 30/06/2026	01/04 a 30/06/2025
Resultado do período	16.572	2.350	(2.880)	(3.199)
Resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	<u>16.572</u>	<u>2.350</u>	<u>(2.880)</u>	<u>(3.199)</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
		Legal		
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>398.381</u>	<u>32.914</u>	<u>-</u>	<u>431.295</u>
Resultado do período	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.350</u>	<u>2.350</u>
Saldos em 30 de junho de 2025	<u>398.381</u>	<u>32.914</u>	<u>2.350</u>	<u>433.645</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<u>373.381</u>	<u>8.747</u>	<u>-</u>	<u>382.128</u>
Resultado do período	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16.572</u>	<u>16.572</u>
Saldos em 30 de junho de 2026	<u>373.381</u>	<u>8.747</u>	<u>16.572</u>	<u>398.700</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	30/06/2026	30/06/2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	24.325	3.936
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	32.205	32.110
Juros e variação monetária com UBP	33.133	33.892
Provisão para contingências	(2.511)	500
Equivalência patrimonial	678	(589)
Extensão do GSF	-	(780)
	87.830	69.069
Contas a receber	(12.200)	(13.129)
Impostos e contribuições sociais a recuperar	1.430	(891)
Outros ativos	8.633	267
Fornecedores	3.281	15.012
Salários, provisões e contribuições sociais	205	74
Impostos e contribuições sociais a recolher	1.397	962
Encargos setoriais	(3.489)	(1.798)
Outras obrigações	(3.530)	3.455
Caixa gerado pelas operações	83.557	73.021
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.867)	(3.462)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	78.690	69.559
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(1.061)	(658)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(1.061)	(658)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de UBP	(26.701)	(24.608)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(26.701)	(24.608)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	50.928	44.293
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	43.413	23.751
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	94.341	68.044
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no período	50.928	44.293

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

(em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

1.1 A Companhia

A BAESA - Energética Barra Grande S.A. ("BAESA" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social explorar, na qualidade de concessionária, o Aproveitamento Hidrelétrico de Barra Grande ("AHE Barra Grande"), localizado no Rio Pelotas, divisa dos municípios de Pinhal da Serra, no Estado do Rio Grande do Sul, e Anita Garibaldi, no Estado de Santa Catarina, submetendo-se, para tanto, às regras do Contrato de Concessão nº 036/2001 - Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") e seus aditivos ("Contrato de Concessão") e às normas regulamentares aplicáveis.

A BAESA tem sede em Pinhal da Serra - RS, tendo sido constituída em 17 de setembro de 2001.

1.2 Contrato de concessão

A Companhia detém a concessão para exploração do potencial energético da usina, outorgada pela União por meio do Contrato de Concessão nº 36/2001, de 14 de maio de 2001. Em decorrência da adesão aos termos previstos na Lei nº 14.052/2020 e respectivas resoluções homologatórias da ANEEL, o prazo da concessão foi prorrogado, passando seu vencimento para 9 de março de 2041. Nos termos do contrato, a Companhia realiza o pagamento pelo Uso do Bem Público (UBP), atualizado anualmente pela variação do IGP-M e liquidado em parcelas mensais, permanecendo inalteradas as demais condições contratuais durante o período de extensão da outorga.

1.2.1 UHE Barra Grande

A UHE Barra Grande tem potência instalada de 690 MW médios, em um conjunto de três máquinas, das quais a primeira entrou em operação comercial em 1º de novembro de 2005, a segunda em 2 de fevereiro de 2006 e a terceira em 1º de maio de 2006. O empreendimento possui as licenças e autorizações necessárias, seguindo as exigências requeridas pelos órgãos reguladores.

1.3 Direitos de compra de energia

As vendas de energia são compartilhadas entre os acionistas da Companhia, de acordo com sua participação no capital social, ou a terceiros por eles indicados. O acionista que determinar a venda a terceiros permanece responsável junto à Companhia pela adimplência das respectivas vendas. O preço de venda deve ser suficiente para o pagamento dos custos operacionais, serviço da dívida, impostos e juros, chamado “Preço de Referência”, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

1.4 Operação

Como a concessão que a Companhia é titular foi outorgada antes da vigência do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, e pelo fato de ser uma produtora independente de energia elétrica, a Companhia não tem a obrigatoriedade de realizar leilões de venda de energia e a comercializa diretamente com seus controladores, que detêm o direito e a obrigação de aquisição, na proporção das suas participações finais. O preço praticado leva em conta o conceito de preço mínimo e é calculado de maneira a atender todas as obrigações financeiras, fiscais e operacionais da Companhia, além de minimizar a incidência de tributos.

1.5 Repactuação do risco hidrológico – Lei nº 13.203 de 8 de dezembro de 2015 e Resolução Normativa Aneel nº 684 de 11 de dezembro de 2015

A Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015 e a Resolução Normativa Aneel nº 684 de 11 de dezembro de 2015, estabeleceram as condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do MRE, atribuindo regras distintas para os contratos celebrados no Ambiente de Contratação Regulada (ACR).

Em janeiro de 2016, a Companhia decidiu aderir à repactuação de seus contratos do ACR, e quitar o passivo de “Generation Scaling Factor” (GSF) de maio a dezembro de 2015, e assim passar a ter direito ao ressarcimento do GSF de 2015 líquido do prêmio pactuado, reconhecendo o montante de R\$30.909 como uma despesa antecipada em contrapartida a uma redução no custo de energia elétrica. As despesas antecipadas foram apropriadas ao resultado até junho de 2020 e a partir de julho de 2020 a Companhia iniciou o pagamento à Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT, no valor de R\$ 9,50/MWh, referenciado à data base de janeiro de 2015.

1.6 Repactuação do risco hidrológico – Extensão do prazo de concessão

Em 08 de setembro de 2020 foi sancionada a Lei do GSF (Lei nº 14.052/20) e em 1º de dezembro de 2020 foi publicada a resolução normativa ANEEL nº 895/20, as quais estabelecem novas condições de repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica. O objetivo desses normativos foi compensar as usinas hidrelétricas pelos riscos hidrológicos de geração de energia, cujos efeitos estão relacionados à antecipação da garantia física dos empreendimentos de geração denominados estruturantes, bem como do atraso na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração de energia desses empreendimentos, além da geração térmica fora da ordem de mérito. A compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE se dará por meio de um direito não pecuniário na forma extensão dos prazos de concessão.

Em 12 de julho de 2021 foi publicada a Lei nº 14.182, que deu nova redação ao § 4º do art. 2-A e ao § 9º do art. 2-B da Lei nº 13.203/2015, ampliando o cálculo do prazo de extensão de outorga das usinas que repactuaram o risco hidrológico no Ambiente de Contratação Regulada - ACR e incluindo as usinas estruturantes no cálculo da compensação financeira e extensão de outorga. Em 17 de

setembro de 2021 foi publicada a resolução homologatória 2.932/21 que trata do prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, incluindo os efeitos do Ambiente de Contratação Livre - ACL e Ambiente de Contratação Regulada - ACR, o prazo de extensão da Companhia é de 1.759 dias equivalente a R\$ 271.621. Adicionalmente, em 01 de abril de 2025 foi publicada a resolução homologatória 3.439/25 que trata do prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, incluindo os efeitos do Ambiente de Contratação Livre - ACL e Ambiente de Contratação Regulada - ACR, o prazo de extensão da Companhia é de 3 dias equivalente a R\$ 780.

Dessa forma, a Companhia efetuou uma análise dos impactos desses normativos em suas demonstrações financeiras e reconheceu em novembro de 2021 e abril de 2025 o montante de R\$272.431 como Direito de extensão de concessão no intangível em contrapartida aos Custos dos Serviços de Energia Elétrica na demonstração do resultado do exercício bem como os impactos dos impostos diferidos.

O montante reconhecido no intangível como Direito de Extensão de Concessão é equivalente a 1.759 dias de extensão. Dessa forma, considerando a extensão, o prazo de concessão se encerra em 09 de março de 2041.

Em novembro de 2021, a Companhia assinou os termos de aceitação de prazo de extensão de outorga de acordo com a Lei 14.052/2020 e resoluções homologatórias 2.919/21 e 2.932/21.

1.7 Repactuação do uso do bem público por antecipação de pagamento.

Em 11 de junho de 2026, a Companhia assinou à repactuação do Uso do Bem Público (UBP), nos termos da Lei nº 15.235/2025 e da regulamentação aplicável emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), mediante a celebração de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. A publicação do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão ocorreu no Diário Oficial da União em 16 de julho de 2026.

A referida repactuação prevê a substituição das obrigações vincendas de UBP por nova obrigação financeira junto à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), calculada com base no saldo devedor apurado e divulgado pela ANEEL, com o objetivo de antecipar recursos destinados à modicidade tarifária do setor elétrico.

Entre as medidas introduzidas, destaca-se a possibilidade de repactuação das parcelas vincendas de UBP das usinas hidrelétricas elegíveis, mediante celebração de termo aditivo ao contrato de concessão e atendimento às condições estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Nos termos do instrumento contratual, a efetivação da repactuação está condicionada à liquidação financeira da obrigação no prazo de até 30 dias após a publicação no Diário Oficial da União. Nesse contexto, a data limite para a liquidação é 16 de julho de 2026, sendo que, em caso de inadimplemento, ocorre o restabelecimento automático das condições originalmente previstas no contrato de concessão.

Em 30 de junho de 2026, a Companhia não havia efetuado a liquidação financeira da obrigação repactuada e encontrava-se em processo de captação de recursos para viabilizar o pagamento.

Dessa forma, a Administração avaliou que, naquela data, não estavam atendidos os critérios para a baixa do passivo financeiro original, nos termos do CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos Financeiros, tendo em vista que (i) a extinção da obrigação permanecia condicionada à ocorrência de evento futuro e incerto, representado pela liquidação financeira até 16 de julho de 2026. Até a data base de 30 de junho de 2026, a liquidação financeira não havia sido realizada; ii) da dependência de captação de recursos para viabilizar o pagamento e (iii) da previsão contratual de reversão automática à obrigação original em caso de inadimplemento.

Consequentemente, a Companhia manteve, em 30 de junho de 2026, o reconhecimento integral da obrigação original de UBP, não tendo reconhecido, naquela data, quaisquer efeitos contábeis decorrentes da repactuação. Assim, os efeitos contábeis da repactuação serão reconhecidos somente quando ocorrer a efetiva liquidação financeira da obrigação e forem satisfeitas as condições previstas no termo de adesão.

2 Base de preparação

2.1 Declaração e conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis à elaboração de informações intermediárias, pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 22 de julho de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis de maneira consistente na preparação de suas Demonstrações financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2026 e naquelas divulgadas nas Demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

O conteúdo e valores de determinadas notas explicativas apresentadas nas Demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e das Demonstrações financeiras intermediárias de 30 de junho de 2026, que não necessitaram de atualizações significativas, não foram repetidos nas notas selecionadas. Essas Demonstrações financeiras Intermediárias, portanto, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

4 Gestão de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de taxa de juros de valor justo e risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e os impactos.

4.1 Fatores de risco

4.1.1 Risco de mercado

(i) *Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros*

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Para mitigar esse risco, as aplicações financeiras contratadas são valorizadas com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e o uso do bem público (UBP) é atualizado através do IGP-M.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros sobre os quais há incidência de juros era:

Instrumentos de taxa variável	30/06/2026	31/12/2025
Aplicações financeiras (Nota 6)	92.888	43.359
Uso do Bem Público - UBP (Nota 12)	(472.265)	(465.833)

(ii) *Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de taxas de juros*

A Companhia, para fins de referência, nos termos do CPC 40 (R1), preparou uma análise de sensibilidade sobre aplicações financeiras e Uso do Bem Público (UBP) sujeitos a riscos de variação nas taxas de juros.

O cenário-base provável para 31 de dezembro de 2026 foi definido através de premissas disponíveis no mercado (relatório FOCUS BACEN de 30 de junho de 2026) e o cálculo da sensibilidade foi feito considerando a variação entre as taxas e os índices do cenário previstos para 31 de dezembro de 2026. A análise de sensibilidade considerou ainda uma variação de 25% e 50% sobre os índices flutuantes considerada no cenário provável para 31 de dezembro de 2026.

			30/06/2026			
	Exposição R\$	Risco	%	Cenário Provável (I)	Cenário II (+/- 25%)	Cenário III (+/- 50%)
Aplicações financeiras (Nota 6)	92.888	Baixa CDI	14,00	13.004	16.255	20.319
Uso do Bem Público - UBP (Nota 12)	(472.265)	Alta do IGP-M	6,15	(29.044)	(36.305)	(45.382)

(iii) **Risco de preço no fornecimento de energia**

A Companhia está exposta aos efeitos de oscilação de preços no fornecimento de energia em função de variáveis de mercado, tais como níveis de águas nos reservatórios, demanda por geração de termelétricas, sazonalização, dentre outros. Com isso, a Companhia pode recorrer ao mercado de energia de curto prazo para suprir as necessidades.

O preço de venda deve ser suficiente para o pagamento dos custos operacionais, serviço da dívida, impostos e juros, chamado "Preço de Referência", aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. Assim, o risco no preço de energia é mitigado.

4.1.2 Risco de crédito

Conforme descrito na Nota 8, a Companhia não espera incorrer em perdas sobre os recebíveis registrados na data-base. Em relação às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras consideradas de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	30/06/2026	31/12/2025
Caixa e equivalente de caixa (nota 6)	94.341	43.413
(Contas a receber de partes relacionadas (nota 7)	23.871	8.457
Contas a receber de partes não relacionadas (Nota 7)	3.320	6.534
	<u>121.532</u>	<u>58.404</u>

A Companhia não possui risco de crédito por região geográfica, pois todos os seus clientes estão localizados no Brasil. Também não possui risco de crédito por tipo de contraparte, pois os principais clientes são acionistas. As aplicações financeiras são efetivadas apenas em bancos considerados de baixo risco.

4.1.3 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, estão os vencimentos contratuais dos principais passivos financeiros:

Passivos financeiros não derivativos	Valor	6 meses ou	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 anos em diante
Fornecedores (Nota 11)	20.548	20.548	-	-	-
Uso do Bem Público (UBP) (Nota 12)	<u>472.265</u>	<u>26.701</u>	<u>26.700</u>	<u>53.401</u>	<u>365.464</u>
	<u>492.813</u>	<u>47.249</u>	<u>26.700</u>	<u>53.401</u>	<u>365.464</u>

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total.

Em 30 de junho de 2026 e em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía empréstimos e financiamentos contratados.

5 Instrumentos financeiros por categoria

5.1 Classificação contábil e valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

		30/06/2026			31/12/2025		
	Nota	Valor Contábil	Valor Justo	Hierarquia	Valor Contábil	Valor Justo	Hierarquia
Ativos financeiros mensurados a valor justo							
Valor Justo:							
Equivalentes de caixa – Aplicações financeiras	7	92.888	92.888		43.359	43.359	
Caixa e depósitos bancários à vista	7	1.453	1.453		54	54	
Contas a receber de partes relacionadas	8	23.871	23.871		8.457	8.457	
Contas a receber	8	3.320	3.320		6.534	6.534	
		121.532	121.532		58.404	58.404	
Passivos financeiros mensurados a valor justo							
Valor justo:							
Outros Passivos Financeiros :							
Fornecedores	12	20.548	20.548		17.267	17.267	
Uso do bem público - UBP	13	472.265	472.265		465.833	465.833	
		492.813	492.813		483.100	483.100	

Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2026	31/12/2025
Caixa e depósitos bancários à vista	1.453	54
Aplicações financeiras	<u>92.888</u>	<u>43.359</u>
	<u>94.341</u>	<u>43.413</u>

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e são remuneradas a taxas que variam de 97% a 102% (97% a 103% em 31 de dezembro de 2025) do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"). São prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança significativa de valor, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

7 Contas a receber

	30/06/2026	31/12/2025
Contas a receber com partes relacionadas (nota 9)	23.871	8.457
Contas a receber com terceiros	3.320	6.534
	<u>27.191</u>	<u>14.991</u>

A composição dos títulos por vencimento é conforme abaixo apresentado:

Aging list Clientes	30/06/2026	31/12/2025
A Vencer	27.191	14.991

8 Transações com partes relacionadas

A Companhia mantém saldos e realiza transações com partes relacionadas em montantes significativos em relação à sua posição patrimonial e financeira e aos resultados de suas operações e os seus fluxos de caixa.

	Ativo		Passivo		Resultado			
	Contas a receber de clientes		Contas a pagar de fornecedores		Venda de energia		Despesas	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Alcoa Alumínio S.A.	11.047	3.390	-	-	61.305	63.821	-	-
CBA Energia Participações S.A.	4.309	1.211	-	-	22.576	22.699	-	-
CPFL Santa Cruz S.A.	7	8	-	-	51	48	-	-
CPFL Paulista S.A.	503	493	-	-	2.458	2.468	-	-
CPFL Piratininga S.A.	130	132	-	-	685	652	-	-
CPFL Energias Renováveis	5.517	2.569	-	-	44.382	46.482	-	-
Barra Grande Participações S/A	2.357	652	-	-	13.082	13.890	-	-
DME Energética S.A.	1	2	31.065	28.930	8	8	2.135	-
CPFL Geração de Energia S.A (*)	-	-	-	-	-	-	1.393	1.323
Central de Serviços Compartilhados S.A (**)	-	-	308	308	-	-	1.713	1.972
	<u>23.871</u>	<u>8.457</u>	<u>31.373</u>	<u>29.238</u>	<u>144.547</u>	<u>150.068</u>	<u>5.241</u>	<u>3.295</u>

(*) Prestação de serviços de engenharia e gestão de processos de operação e manutenção da usina e instalações associadas.

(**) Prestação de serviços contábeis, financeiros e administrativos.

A receita por fornecimento e suprimento de energia tem o preço determinado pelo acordo de acionistas e é formalizado por meio de contratos. Não são esperadas perdas sobre os recebíveis mantidos com partes relacionadas. O preço de venda deve ser suficiente para o pagamento dos custos operacionais, impostos e juros para o exercício de 2026.

A seguir as informações dos contratos de fornecimento de energia celebrados com partes relacionadas:

Cliente	Tipo de Contrato	Vigência	Qtd de Energia contratada no trimestre (MWh)	Tarifa vigente em 30/06/2026	Índice de atualização
ALCOA	PPA	01/01/2019 à 31/12/2035	599.413,69	111,18	IGPM
BARRA GRANDE PART	PPA	01/01/2019 à 31/12/2035	127.912,21	111,18	IGPM
CBA ENERGIA	PPA	01/11/2007 à 06/03/2041	220.688,27	110,41	IGPM
CPFL	PPA	01/10/2020 à 31/12/2035	392.345,39	84,85	IGPM
DMEE	PPA	01/01/2020 à 31/12/2035	81.795,19	0,10	IGPM
CPFL JAGUARI	CCEAR	01/01/2009 à 31/12/2038	140,10	371,55	IPCA
CPFL PAULISTA	CCEAR	01/01/2009 à 31/12/2038	6.714,80	374,82	IPCA
CPFL PIRATINGA	CCEAR	01/01/2009 à 31/12/2038	1.875,23	365,55	IPCA
RGE SUL	CCEAR	01/01/2009 à 31/12/2038	1.680,99	369,24	IPCA

[1] As informações não financeiras contidas nestas demonstrações financeiras como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são revisadas pelos auditores independentes.

8.1 Prestação de serviços de partes relacionadas

Em 1º de setembro de 2010 foi assinado contrato com a CPFL Geração de Energia S.A. para a execução de serviços de engenharia e gestão de processos de operação e manutenção da usina e instalações associadas. No exercício findo em 30 de junho de 2026, a Companhia registrou custos com as mencionadas prestações de serviços no montante de R\$ 1.393 (R\$ 1.323 em 30 de junho de 2025).

Em 1º de outubro de 2010 foi assinado contrato com a CSC Serviços Compartilhados S.A. para a execução de serviços financeiros, contábeis, gestão das condicionantes ambientais, da documentação, de compras, recursos humanos e de programa de pesquisa e desenvolvimento. No exercício findo em 30 de junho de 2026, a Companhia registrou custos com as mencionadas prestações de serviços no montante de R\$ 1.723 (R\$ 1.972 em 30 de junho de 2025).

8.2 Remuneração da administração

A remuneração do pessoal-chave da administração no exercício findo em 30 de junho de 2026 foi de R\$ 238 (R\$ 107 para 30 de junho de 2025).

9 Imobilizado

	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Imobilizado em curso	Total
Em 31 de dezembro de 2024	<u>16.206</u>	<u>421.675</u>	<u>28.676</u>	<u>156.752</u>	<u>71</u>	<u>2.755</u>	<u>626.135</u>
Adições	-	-	-	-	-	2.787	2.787
Transferência para serviço	-	545	-	530	42	(1.117)	-
Depreciação	<u>(1.432)</u>	<u>(26.611)</u>	<u>(1.831)</u>	<u>(13.045)</u>	<u>(8)</u>	<u>-</u>	<u>(42.927)</u>
Em 31 de dezembro de 2025	<u>14.774</u>	<u>395.609</u>	<u>26.845</u>	<u>144.237</u>	<u>105</u>	<u>4.425</u>	<u>585.995</u>
Adições	-	-	-	-	-	305	305
Transferência para serviço	-	244	-	(276)	-	32	-
Depreciação	<u>(716)</u>	<u>(13.331)</u>	<u>(915)</u>	<u>(6.533)</u>	<u>(5)</u>	<u>-</u>	<u>(21.500)</u>
Saldos em 30 de junho de 2026	<u>14.058</u>	<u>382.522</u>	<u>25.930</u>	<u>137.428</u>	<u>100</u>	<u>4.762</u>	<u>564.800</u>
Taxa de depreciação - % a.a.	2,90%	3,56%	3,85%	5,50%	6,25%		
Saldos em 30 de junho de 2026							
Custo	37.487	949.622	65.135	405.941	661	4.762	1.463.608
Depreciação acumulada	<u>(23.429)</u>	<u>(567.100)</u>	<u>(39.205)</u>	<u>(268.513)</u>	<u>(561)</u>	<u>-</u>	<u>(898.808)</u>
Saldos em 30 de junho de 2026	<u>14.058</u>	<u>382.522</u>	<u>25.930</u>	<u>137.428</u>	<u>100</u>	<u>4.762</u>	<u>564.800</u>

Conforme artigos nº. 63 e 64 do Decreto nº. 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações são vinculados aos serviços de energia elétrica, e não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. A Resolução ANEEL nº. 20, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

O ativo imobilizado é analisado para verificar a existência de indicativos de impairment, no mínimo, anualmente, sendo que para 30 de junho de 2026, a administração não identificou a existência de indicativos que pudessem indicar a desvalorização.

10 Intangível

	Uso do Bem Público (UBP) (*)	Direito de extensão de concessão REH 2932/21 (**)	Licenças de Uso de Softwares e Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2024	113.059	228.168	340	341.567
Adição	-	780	20	800
Amortização	(6.958)	(14.121)	(279)	(21.358)
Em 31 de dezembro de 2025	106.101	214.827	81	321.009
Adição	-	-	756	756
Amortização	(3.479)	(7.071)	(155)	(10.705)
Saldos em 30 de junho de 2026	102.622	207.756	682	311.060
Taxa de depreciação - % a.a	3,80%	5,19%	19,67%	
Saldos em 30 de junho de 2026				
Custo	188.041	272.401	1.338	461.780
Amortização acumulada	(85.419)	(64.645)	(656)	(150.720)
Saldos em 30 de junho de 2026	102.622	207.756	682	311.060

- (*) A Companhia registrou em novembro de 2021 o montante de R\$ 271.621 e em abril de 2025 R\$ 780 como direito de extensão de concessão oriundo a repactuação do risco hidrológico dos contratos de energia celebrados do Ambiente de Contratação Livre – ACL e Ambiente de Contratação Regulado – ACR, o valor registrado refere-se a um direito não pecuniário na forma extensão dos prazos de concessão, o referido montante é amortizado linearmente pelo período da concessão que se encerra em março de 2041.

Os valores referentes ao Uso do Bem Público - UBP referem-se ao registro da obrigação mencionada nas notas explicativas 1 e 13 e são amortizados linearmente pelo período da concessão que se encerra em março de 2041. O montante foi apurado no início do período de concessão considerando a obrigação até o final da concessão em contrapartida do passivo circulante e não circulante, complementado em novembro de 2021 no montante de R\$62.956 em função da extensão dos prazos de concessão conforme descrito na nota explicativa nº 1.6, descontada a valor presente pela taxa média de captação dos financiamentos. Os valores da amortização de UBP estão contabilizados no resultado em custos dos serviços de energia elétrica.

O ativo intangível é analisado em conjunto com o ativo imobilizado para verificar a existência de indicadores de impairment, no mínimo, anualmente, sendo que para 30 de junho de 2026, a administração não identificou a existência de indicadores que pudessem indicar a desvalorização.

11 Fornecedores e outras obrigações

O saldo de fornecedores é composto pelos seguintes grupos:

	30/06/2026	31/12/2025
Encargos de uso da rede elétrica	5.310	5.257
Materiais e serviços a pagar	1.916	3.761
Compra de energia elétrica – CCEE	13.015	8.174
Arrendamento - Veículos	307	75
	<u>20.548</u>	<u>17.267</u>

O saldo de outras obrigações é composto pelos seguintes grupos:

	30/06/2026	31/12/2025
Contas a pagar - DME Energética S. A.	31.065	28.930
Adiantamento Risoleta Neves	6.024	5.806
Outros passivos	945	564
	<u>38.034</u>	<u>35.300</u>
Circulante	31.065	28.930
Não Circulante	6.969	6.370

12 Uso do bem público - UBP

Movimentação:	30/06/2026	31/12/2025
Saldo inicial do período	<u>465.833</u>	<u>476.910</u>
Encargos de IGPM	15.234	3.238
Ajuste valor presente	17.899	36.994
Amortização	<u>(26.701)</u>	<u>(51.309)</u>
Saldo final do período	<u>472.265</u>	<u>465.833</u>
Circulante	53.401	53.401
Não Circulante	418.864	412.432

Em 30 de junho de 2026 as parcelas do uso do bem público apresentam os seguintes vencimentos:

	30/06/2026	31/12/2025
2026	40.051	53.401
2027	53.401	53.401
2028	53.401	53.401
2029	53.401	53.401
2030 a 2041	593.347	580.420
Ajuste Valor Presente	(321.336)	(328.191)
	<u>472.265</u>	<u>465.833</u>

Compromisso com o Poder Concedente - Decorrente do direito de outorga fixo

Refere-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, determinado com base em valor fixo a ser pago ao Poder Concedente. O compromisso será pago em parcelas mensais e iguais até 2041, corrigidas monetariamente pela variação do IGP-M anualmente. O cálculo do valor foi efetuado considerando-se a variação do IGP-M, e o ajuste a valor presente foi efetuado com base na taxa de desconto de 8% a.a. Em novembro de 2021, foi registrado um complemento no montante de R\$ 62.956 em função da extensão dos prazos de concessão conforme descrito na nota explicativa nº 1.6.

13 Impostos e contribuições a recolher e impostos diferidos

13.1 Impostos a recolher

	30/06/2026	31/12/2025
PIS	451	219
COFINS	2.089	1.016
ICMS a recolher	13	106
Outros impostos e contribuições a recolher	<u>85</u>	<u>196</u>
	<u>2.638</u>	<u>1.537</u>

13.2 Impostos de renda e contribuição social a recolher

	30/06/2026	31/12/2025
Imposto de renda pessoa jurídica	<u>1.397</u>	<u>-</u>
	<u>1.397</u>	<u>-</u>

13.3 Impostos diferidos

O saldo é composto por diferenças temporárias e prejuízo fiscal considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e considera a expectativa de

geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

Natureza dos Cálculos	Ativo Não Circulante				Passivo Não Circulante			
	Base de Cálculo	30/06/2026	Base de Cálculo	31/12/2025	Base de Cálculo	30/06/2026	Base de Cálculo	31/12/2025
Diferenças Temporárias								
Provisão da contingência fiscal	2.232	759	10.706	3.640	-	-	-	-
Provisão Risoleta Neves	698	237	480	163	-	-	-	-
Provisão DME	31.065	10.562	28.929	9.836	-	-	-	-
Direito de extensão de concessão (Lei 14.052/20)	-	-	-	-	206.196	70.107	214.820	73.039
Uso do Bem Público (*)	-	-	-	-	93.083	31.649	93.343	31.738
Total Diferenças Temporárias	33.995	11.558	40.115	13.639	299.279	101.756	308.163	104.777
Prejuízo Fiscal	39.048	13.276	46.729	15.888	-	-	-	-
Total bruto	73.043	24.834	86.844	29.527	299.279	101.756	308.163	104.777
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	-	(24.834)	-	(29.527)	-	(24.834)	-	(29.527)
Total	73.043	-	86.844	-	299.279	76.922	308.163	75.250

14 Provisão para litígios

Em 30 de junho de 2026, a Companhia possui provisionado como contingências cíveis e regulatórias o montante de R\$ 2.814 (R\$ 11.476 em 31 de dezembro de 2025), avaliados pelos assessores jurídicos com risco provável de perda. As movimentações são apresentadas a seguir:

	30/06/2026			31/12/2025		
	Regularização Fundiária	Ações Cíveis	Total	Regularização Fundiária	Ações Cíveis	Total
Saldo Inicial	6.266	5.210	11.476	5.497	5.142	10.639
Atualização	-	152	152	769	474	1.243
Pagamento	(6.266)	-	(6.266)	-	(273)	(273)
Reversão	-	(2.548)	(2.548)	-	(133)	(133)
Saldo Final	-	2.814	2.814	6.266	5.210	11.476

A Companhia tem ações de naturezas tributária e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	30/06/2026	31/12/2025
Cíveis (i)	1.697	1.707
Fiscais (ii)	373	236
	<u>2.070</u>	<u>1.943</u>

- (i) Referem-se principalmente a ações indenizatórias por conta de áreas supostamente atingidas pelo reservatório e ações por danos ambientais diversos.
- (ii) Referem-se à impugnação de lançamento de Imposto Territorial Rural (ITR), pela não incidência sobre imóveis que compõem o reservatório da Usina.

15 Patrimônio líquido

15.1 Capital social

Em 30 de junho de 2026, o capital social é de R\$ 373.381, totalmente subscrito e integralizado, representado por ações ordinárias e nominativas, e sua composição é como segue:

	30/06/2026		31/12/2025	
	Quantidade de ações	% Capital	Quantidade de ações	% Capital
Alcoa Alumínio S. A.	157.474.184	42,17	157.474.184	42,17
CPFL Energia Renováveis S.A.	93.367.279	25,01	93.367.279	25,01
CBA Energia Participações S. A.	56.007.150	15,00	56.007.150	15,00
Barra Grande Participações S. A.	33.604.290	9,00	33.604.290	9,00
DME Energética S. A.	32.928.097	8,82	32.928.097	8,82
	<u>373.381.000</u>	<u>100</u>	<u>373.381.000</u>	<u>100</u>

15.2 Reservas de lucros

Legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Retenção

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados.

15.3 Dividendos

Aos acionistas será assegurada, anualmente, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 1% do lucro líquido anual ajustado, quando apurado lucro líquido, conforme acordo de acionistas.

16 Receita operacional líquida

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas e as receitas líquidas, apresentadas na demonstração de resultado dos exercícios:

	30/06/2026	30/06/2025	01/04 a 30/06/2026	01/04 a 30/06/2025
Receita operacional bruta				
Receita de Operações com Energia Elétrica (i)	183.932	166.807	90.098	84.501
Deduções				
Imposto sobre vendas	(15.542)	(15.246)	(7.678)	(7.711)
Pesquisa e desenvolvimento	(1.585)	(1.339)	(807)	(739)
Taxa de fiscalização	(1.546)	(1.488)	(773)	(744)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(7.398)	(5.840)	(1.382)	(2.168)
	<u>157.861</u>	<u>142.894</u>	<u>79.458</u>	<u>73.139</u>
Receita de operações de energia elétrica em MWh	30/06/2026	30/06/2025	01/04 a 30/06/2026	01/04 a 30/06/2025
Energia comercializada	<u>1.465.968</u>	<u>1.465.197</u>	<u>702.455</u>	<u>737.761</u>

- (i) Conforme descrito na nota explicativa 1.3, a Companhia adota “Preço de Referência” para precificação da receita, onde o preço de venda de energia deve ser suficiente para suprir o pagamento dos custos operacionais, serviço da dívida, impostos e juros. Portanto, as variações de receita estão atreladas ao aumento ou redução dos custos da Companhia. *O crescimento da despesa com tributos sobre a receita em percentual inferior ao crescimento da receita operacional decorre, principalmente, da maior participação das receitas liquidadas no âmbito da CCEE no período. Essas receitas estão sujeitas à tributação pelo regime cumulativo de PIS e COFINS, com alíquotas inferiores às aplicáveis às demais receitas operacionais da Companhia, tributadas pelo regime não cumulativo*

[1] As informações não financeiras contidas nestas demonstrações financeiras como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são revisadas pelos auditores independentes.

17 Custo dos serviços de energia elétrica

	30/06/2026	30/06/2025	01/04 a 30/06/2026	01/04 a 30/06/2025
Energia elétrica comprada para revenda (*)	(24.957)	(28.112)	(24.734)	(26.820)
Encargos de uso da rede elétrica	(29.226)	(30.396)	(14.559)	(15.291)
Repactuação do risco hidrologico	(7.766)	(6.673)	(3.904)	(2.967)
Depreciação	(21.500)	(21.463)	(10.747)	(10.731)
Amortização	(10.705)	(10.647)	(5.359)	(5.319)
Crédito de PIS e COFINS sobre imobilizado	1.384	1.531	687	761
	<u>(92.770)</u>	<u>(95.760)</u>	<u>(58.616)</u>	<u>(60.367)</u>
Energia Comprada para revenda em MWh	30/06/2026	30/06/2025	01/04 a 30/06/2026	01/04 a 30/06/2025
Energia Adquirida	<u>90.123</u>	<u>80.777</u>	<u>81.051</u>	<u>79.705</u>

- (*) Referem-se as compras de energia de curto prazo para cobrir o déficit de geração do período.

[1] As informações não financeiras contidas nestas demonstrações financeiras como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são revisadas pelos auditores independentes.

18 Despesas gerais e administrativas

	30/06/2026	30/06/2025	01/04 a 30/06/2026	01/04 a 30/06/2025
Pessoal	(3.569)	(3.202)	(1.929)	(1.569)
Material	(690)	(807)	(475)	(640)
Serviços de terceiros	(5.575)	(5.827)	(3.084)	(3.011)
Seguros	(315)	(355)	(158)	(177)
Outras despesas	<u>(275)</u>	<u>(553)</u>	<u>(312)</u>	<u>(155)</u>
	<u>(10.424)</u>	<u>(10.744)</u>	<u>(5.958)</u>	<u>(5.552)</u>

19 Resultado Financeiro, líquido

	30/06/2026	30/06/2025	01/04 a 30/06/2026	01/04/ a 30/06/2025
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	3.915	2.358	2.443	1.682
Outras receitas financeiras	<u>796</u>	<u>347</u>	<u>266</u>	<u>184</u>
	<u>4.711</u>	<u>2.705</u>	<u>2.709</u>	<u>1.866</u>
Despesas financeiras				
Uso do Bem Público (UBP)	(33.133)	(33.892)	(20.781)	(13.386)
Atualização provisões para contingências	-	(275)	(510)	(113)
Atualização risoleta neves	(218)	(638)	(196)	(525)
Atualização contas a pagar DME	(1.509)	(786)	(521)	(193)
Outros despesas financeiras	<u>(90)</u>	<u>(200)</u>	<u>(62)</u>	<u>(36)</u>
	<u>(34.950)</u>	<u>(35.791)</u>	<u>(22.070)</u>	<u>(14.253)</u>
Resultado financeiro	<u>(30.239)</u>	<u>(33.086)</u>	<u>(19.361)</u>	<u>(12.387)</u>

20 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	30/06/2026	30/06/2025	01/04 a 30/06/2026	01/04 a 30/06/2025
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	24.325	3.936	(4.514)	(4.979)
Alíquota fiscal nominal - %	34%	34%	0%	0%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal	<u>(8.271)</u>	<u>(1.338)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Adições				
Provisão para litígios	(52)	(149)	(39)	4
Provisões	(1.520)	(916)	3.011	(241)
Equivalência Patrimonial	(199)	(69)	(199)	-
Amortização - Direito de extensão de concessão REH 2932/21	(2.404)	(2.397)	(1.202)	(2.030)
AVP - amortização UBP	(4.588)	(2.990)	(6.918)	(2.227)
Outros	(150)	(309)	617	(285)
Exclusões				
Provisões	3.287	195	621	169
Equivalência Patrimonial	1.881	265	1.881	52
AVP - amortização UBP	1.881	3.477	401	1.539
Compensação de prejuízo fiscal	2.612	1.211	(143)	1.211
Outros	<u>1.441</u>	<u>536</u>	<u>2.311</u>	<u>1.544</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(6.082)</u>	<u>(2.484)</u>	<u>341</u>	<u>(264)</u>
Imposto de renda e contribuição social – corrente	(6.082)	(2.484)	341	(264)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	<u>(1.671)</u>	<u>898</u>	<u>1.293</u>	<u>2.044</u>
Alíquota efetiva - %	<u>32%</u>	<u>40%</u>	<u>36%</u>	<u>36%</u>

21 Compromissos de longo prazo

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo para Venda de Energia e demais Contratos relevantes estão demonstrados a seguir:

	2026 (não revisado)	2027 (não revisado)	2028 (não revisado)	2029 (não revisado)	2030 em diante (não revisado)	Total
Venda de Energia	320.053	316.667	286.483	264.883	3.122.576	4.310.662
Saldos em 30 de junho de 2026	320.053	316.667	286.483	264.883	3.122.576	4.310.662

	2026	2027	2028	2029	2030 em diante	Total
TUST - Tarifa de Uso da Transmissão	(60.132)	(62.470)	(64.747)	(67.082)	(941.566)	(1.195.997)
Repactuação do risco Hidrológico	(15.664)	(16.348)	(1.649)	(1.704)	(18.301)	(53.666)
Saldos em 30 de junho de 2026	(75.796)	(78.818)	(66.396)	(68.786)	(959.867)	(1.249.663)

[1] As informações não financeiras contidas nestas demonstrações financeiras como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são revisadas pelos auditores independentes.

22 Eventos subsequentes

Liquidação da repactuação do UBP

Em 14 de julho de 2026, a Companhia efetuou o pagamento da repactuação do Uso do Bem Público (UBP) no montante de R\$ 196.701 conforme condições estabelecidas pela ANEEL e pelo respectivo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.

Com a liquidação financeira e o cumprimento das condições contratuais estabelecidas, a Administração concluiu pela extinção da obrigação original e pelo reconhecimento de nova obrigação financeira, em conformidade com o CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos Financeiros.

Com a efetivação da liquidação financeira e o atendimento das condições previstas no instrumento de adesão, a operação resultou em um ganho contábil estimado de R\$ 229.618 correspondente à diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e o valor da nova obrigação reconhecida na data da transação.

A Companhia encontra-se em processo de avaliação dos impactos contábeis e fiscais definitivos da operação, incluindo a mensuração final dos efeitos decorrentes da repactuação, os quais poderão resultar em ajustes aos valores ora estimados.

Considerando a complexidade da operação e nos termos do CPC 24 (IAS 10) – Eventos Subsequentes, a Administração avaliou que tais eventos caracterizam-se como eventos subsequentes não ajustáveis às demonstrações financeiras de 30 de junho de 2026, sendo, portanto, divulgados exclusivamente para fins informativos. Dessa forma, eventuais ajustes decorrentes das análises em andamento serão reconhecidos nas demonstrações financeiras do 3º trimestre.

Captação de debentures

Em 14 de julho de 2026, a Companhia celebrou contrato de emissão de debêntures no montante de R\$ 316.000, com vencimento em 15 de julho de 2033, remuneradas à taxa correspondente a 100% do CDI acrescida de spread de 1,20% ao ano. A amortização do principal ocorrerá conforme cronograma estabelecido na escritura de emissão, com liquidação financeira nas datas previstas contratualmente. Os recursos captados foram destinados à liquidação da repactuação do Uso do Bem Público (UBP) e ao pagamento dos tributos incidentes sobre a operação.